

Sarney acata vetos e adia orçamento para 89

São Luís — Apesar de ter aprovado todas as recomendações do Ministro do Planejamento, o presidente José Sarney resolveu adiar a assinatura sancionando o Orçamento Geral da União para o próximo ano com os vetos sugeridos por João Batista de Abreu. O Presidente aceitou vetar todo o artigo quinto da lei orçamentária, que prevê a rolagem das dívidas externas de Estados e municípios contraídas como aval da União. A fórmula apresentada pelo Congresso não será alterada.

O ministro João Batista de Abreu ofereceu ao presidente Sarney duas alternativas para contemplar Estados e municípios. A primeira, considerada mais eficiente pela área econômica do Governo, viria através de créditos especiais do Governo Federal para que os Estados e municípios devedores pudessem arcar com o volume de pagamento previsto no projeto original do Executivo. Dessa maneira, eles só pagariam o montante aprovado pelo Congresso Nacional e saldariam a diferença através dessa linha de crédito. O Ministro do Planejamento não descartou, entretanto, a possibilidade de a União avalizar operações de "relending" (reempréstimo de recursos depositados no Banco Central) na parcela cujo pagamento foi subtraído do Orçamento na lei aprovada pelo Legislativo.

A Comissão de Orçamento poderá acatar uma nova proposta do Governo Federal para a rolagem das dívidas dos Estados e municípios desde que mantida a previsão de desembolso da ordem de Cz\$

178 bilhões, a preços de junho, aprovada pelo Congresso Nacional.

O deputado Genebaldo Correia (PMDB/BA), um dos principais articuladores da Comissão para a rolagem da dívida, afirmou que o Congresso impedirá qualquer tentativa de "manobra" do Executivo.

O parlamentar considerou a intenção da área econômica do Governo de negociar o pagamento das dívidas fora do contexto do Orçamento como uma alternativa a ser examinada pelo Congresso. E adiantou que, se os argumentos do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, forem convincentes, obterá o apoio integral da Comissão.

Os vetos presidenciais atingem cerca de 5% do total do Orçamento (Cz\$ 6 trilhões a preços de junho). Serão alcançadas as despesas colocadas pelo Congresso através da receita do FND — Fundo Nacional de Desenvolvimento. Segundo Abreu, o regulamento para a aplicação desse fundo não permite o uso aprovado pelo Congresso. A apropriação de recursos originários das receitas do Banco Central e Banco do Brasil também serão vetadas pelo Executivo. Segundo Abreu, a medida traria uma irregularidade administrativa ao Orçamento.

O ministro do Planejamento disse ao presidente Sarney que dois tipos de vetos terão que ser aplicados: os que atendem a aspectos inconstitucionais e aqueles que são de interesse público. De acordo com Abreu, o presidente Sarney fez pequenas alterações no documento apresentado para sua apreciação.

Arquivo

70

1988

30 DEZ 1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988

1988